

# A Educação Profissional dos Estudantes com Deficiência Intelectual: O que Dizem as Pesquisas Contemporâneas?

## Professional Education of Students with Intellectual Disabilities: What Does Contemporary Research Tell Us?

Eliane Teresinha Sousa<sup>\*a</sup>; Vantoir Roberto Brancher<sup>b</sup>

<sup>a</sup>Instituto Federal de Farroupilha, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. RS, Brasil.

<sup>b</sup>Instituto Federal de Farroupilha. RS, Brasil

\*E-mail: [biologaeliane@yahoo.com.br](mailto:biologaeliane@yahoo.com.br)

---

### Resumo

O que remetem as teses e dissertações contemporâneas sobre as práticas educativas para as pessoas com deficiência intelectual (DI) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)? Este estudo visa explorar as discussões presentes neste corpo acadêmico em busca de entendimentos significativos sobre esta temática. A metodologia adotada consiste em uma abrangente revisão literária, analisando dissertações, teses e artigos científicos publicados entre 2018 e 2022 no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Scientific Electronic Library Online e SciVerse Scopus. A aplicação de critérios de inclusão e exclusão resultou em cinco produções abordando aprendizagem, avaliação, adaptações curriculares, orientações pedagógicas e inserção no mercado de trabalho, todos relevantes para a abordagem da DI. Apesar da escassez de publicações específicas sobre o objeto deste estudo, os achados obtidos são satisfatórios, pois todos convergem para o propósito comum de garantir a inclusão dessas pessoas. Essa constatação reforça a necessidade de intensificar estudos, promovendo práticas educativas inclusivas na EPT voltadas para os estudantes com DI. A revisão literária não apenas destaca as lacunas existentes, mas também evidencia a determinação em contribuir para o avanço dessas práticas por meio de investigações futuras, visando promoção de ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos.

**Palavras-chave:** Inclusão. Aprendizagem. Revisão Literária.

### Abstract

*What do contemporary theses and dissertations tell us about educational practices for individuals with Intellectual Disabilities (ID) in Professional and Technological Education (PTE)? This study aims to explore the discussions present in this academic body in search of understandings on this topic. The methodology adopted consists of a comprehensive literary review, analyzing dissertations, theses and scientific articles published between 2018 and 2022 in the Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel, Scientific Electronic Library Online and SciVerse Scopus. The application of inclusion and exclusion criteria resulted in five productions addressing learning, assessment, curricular adaptations, pedagogical guidelines and insertion in the job market, all relevant to the ID approach. Despite the scarcity of specific publications on the object of this study, the findings obtained are satisfactory, as they all converge towards the common purpose of ensuring the inclusion of these people. This finding reinforces the need to intensify studies, promoting inclusive educational practices in EPT aimed at ID bearing students. The literary review not only highlights existing gaps, but does it also emphasize the determination to contribute to the advancement of these practices through future investigations, aiming to promote truly inclusive educational environments.*

**Keywords:** Inclusion. Learning. Literary Review.

---

### 1 Introdução

A inclusão de pessoas com necessidades especiais, resultante de conquistas provenientes da legislação, exige a conscientização de que todos possuem o direito de viver com respeito e dignidade na sociedade. Para assegurar essa garantia, é necessária uma transformação nas atitudes, percepções e práticas sociais, destacando, principalmente, a compreensão de que a educação é o pilar central para proporcionar condições e capacitar os estudantes em direção ao pleno desempenho profissional.

Nesse sentido, se torna imperativo promover práticas inclusivas e personalizadas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), envolvendo a adaptação de métodos de ensino, fornecimento de recursos adequados e criação

de ambientes educacionais, que valorizem a diversidade de aprendizado.

Dessa forma, reconhece-se que a EPT, ao adotar práticas educativas inclusivas, possibilita a construção de um caminho para que cada um alcance seu pleno potencial educacional e profissional. Diante desse cenário ocorre o interesse de realizar este estudo, considerando que a investigação sobre o que está sendo discutido nas teses e dissertações contemporâneas acerca das práticas educativas para as pessoas com DI na EPT contribui, significativamente, para o aprimoramento do entendimento deste assunto e, assim, para a condução efetiva desta pesquisa.

Nesse contexto, este artigo se propõe explorar as

discussões no campo do conhecimento, concentrando-se na revisão literária de dissertações e teses publicadas entre 2018 e 2022. Dentro desse panorama, evidenciam-se os estudos de Alves (2018), Schreiber (2019), Borges (2019), Carmelo Neto (2019) e França (2021), cujos diálogos acerca do processo de ensino e aprendizagem desses estudantes serão abordados de maneira cuidadosamente estruturada no presente artigo.

Durante a revisão, analisa-se a dissertação de Alves (2018), dedicada a examinar as produções acadêmicas brasileiras sobre a avaliação da aprendizagem escolar de alunos com deficiência intelectual. Em relação às produções de 2019, investiga-se a tese de Schreiber sobre Orientações Curriculares. Além disso, serão exploradas as dissertações de Borges e Carmelo Neto, que tratam, respectivamente, de acesso e permanência no mercado de trabalho, bem como da perspectiva dos professores sobre adaptação curricular para alunos com DI.

Antes das considerações finais será explorada a pesquisa de França (2021), que oferece valiosas reflexões sobre a prática educativa docente na disciplina de Ciências, abordando a inclusão escolar de estudantes com deficiência intelectual em contextos presenciais e de ensino remoto emergencial.

Esse percurso metodológico, ancorado na revisão da literatura e na análise criteriosa das contribuições desses pesquisadores, visa proporcionar uma compreensão aprofundada e abrangente das práticas educativas na EPT voltadas para estudantes com DI.

## 2 Material e Métodos

Este estudo teve como objetivo realizar uma revisão literária das dissertações e teses disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, bem como nos artigos da Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Scopus (Elsevier). A intenção foi identificar considerações relacionadas às Práticas Educativas na Educação Profissional dos Estudantes com DI na EPT, analisando as produções científicas referentes aos anos de 2018 a 2022 sobre a Educação Profissional e Tecnológica dos Estudantes com Deficiência Intelectual.

Utilizando o acesso à Comunidade Acadêmica Federada (CAF), disponível para o Instituto Federal Farroupilha, no Portal de Periódicos da Capes, foram conduzidas pesquisas nas listas de bases da SciELO e Scopus. Nestas duas plataformas foram empregados os descritores “Deficiente Intelectual”, “Deficiente Mental e Educação Profissional”, “Deficiente Intelectual e Educação Profissional”, “Educação e Deficientes Intelectuais”, “Intellectual Disability e Professional education”, “Mentally handicapped e Professional Education”. A escolha de alguns termos, embora não sejam mais considerados terminologia

adequada, se deve ao fato de já terem sucedido como descritores na história da Educação Especial.

Na biblioteca SciELO foram encontrados seis resultados com os descritores “Deficiente Intelectual”, três resultados com os descritores “Educação e Deficientes Intelectuais” e um resultado com os descritores “Intellectual Disability e Professional education”. Já na biblioteca Scopus se obteve apenas um resultado com os descritores “Deficiente Intelectual” e dois resultados com os descritores “Intellectual Disability e Professional Education”. Estes resultados se referiam a crianças com Síndrome de Down, esportes para deficientes intelectuais, genética, ensino da matemática para estudantes de escola de Educação Especial e concepções de professores, que atuam na Educação Especial, ou seja, nenhum abordava sobre as práticas educativas na educação profissional de estudantes com deficiência intelectual.

No Catálogo de Teses e Dissertações da Capes foram utilizados, inicialmente, os descritores “Educação, Deficiência Intelectual”, obtendo zero resultado. Já nos descritores “Deficiente Mental, Educação Profissional” foram 324.422 resultados. Com o propósito de tornar a pesquisa mais específica, delimitou-se a pesquisa com os seguintes filtros: grau acadêmico de mestrado e doutorado, entre o período de 2018 a 2022, do Programa Educação Profissional e Tecnológica, tendo assim conseguido 43 resultados, sendo que nenhum desses se referia especificamente aos descritores propostos.

Dessa forma, foi realizada uma nova busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, utilizando apenas os descritores “Deficiência Intelectual”, obtendo 1.358 resultados. Ao aplicar os filtros de grau acadêmico de mestrado e doutorado, no período de 2018 a 2022, dos Programas de Educação (Psicologia da Educação); Educação Escolar; Educação Especial; Educação Contextos Contemporâneos e Demandas Populares; Educação História, Política e Sociedade; Processos Socioeducativos e Práticas Escolares resultaram em 41 publicações.

Diante da ausência de publicações específicas sobre as práticas educativas para estudantes com deficiência intelectual (DI) na educação profissional foi utilizada a aprendizagem das pessoas com DI como critério para a triagem na escolha das produções.

## 3 Resultados e Discussão

Para a escolha criteriosa das dissertações e teses incluídas neste estudo, inicia-se com a leitura dos títulos e resumos das publicações, priorizando aqueles relacionados às práticas educativas na Educação Profissional para pessoas com deficiência intelectual. Posteriormente, a análise avançou para as introduções e metodologias, assegurando que os estudos selecionados estivessem alinhados com o processo de ensino/aprendizagem das pessoas com DI,

assim como as práticas educativas destinadas a esses estudantes na Educação Profissional ou no Ensino Médio Regular.

Durante a análise das publicações pré-selecionadas, optou-se por realizar fichamento, utilizando o modelo apresentado no Quadro 1.

**Quadro 1 - Modelo de Fichamento das Publicações**

Título:	
Autor/a:	
Ano:	Tipo de Trabalho:
Instituição:	
Site:	
Público-alvo:	
Objetivo:	
Metodologia:	
Forma de análise:	
Resultados:	

Fonte: dados da pesquisa.

Após uma minuciosa análise das produções foi possível constatar que a maioria dos autores explora, de maneira aprofundada, o tema do processo de ensino e aprendizagem voltado para estudantes com DI, tanto no contexto do Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. Destaca-se, adicionalmente, que um desses estudos específicos direciona sua atenção ao planejamento destinado a uma jovem inserida na Educação de Jovens e Adultos (EJA) que apresenta DI. Entretanto, é notável a ausência de trabalhos dedicados especificamente às práticas no âmbito da educação profissional e tecnológica.

Diante dessa lacuna significativa, emergiu a necessidade premente de aplicar um filtro adicional, incorporando critérios que estabeleçam parâmetros essenciais para a inclusão ou exclusão de teses e dissertações nesta pesquisa. Assim, no Quadro 2, se apresentam, de forma detalhada, os critérios ponderados destinados à etapa decisiva da seleção definitiva dos trabalhos que serão abordados neste estudo, garantindo uma análise abrangente e criteriosa.

**Quadro 3 - Identificação das produções selecionadas para este estudo**

Autor(a)	Tipo	Ano	Título	Objetivo
Augusto Marques Alves	Dissertação	2018	Avaliação da Aprendizagem da Pessoa com Deficiência Intelectual: Análise de Teses e Dissertações Brasileiras	Realizar um balanço e análise da produção acadêmica brasileira sobre a avaliação da aprendizagem escolar de alunos com deficiência intelectual, matriculados em sala de aula comum do Ensino Fundamental.
Dayana Valeria Folster Antonio Schreiber	Tese	2019	As Orientações Curriculares para o Trabalho Pedagógico com Estudantes com Deficiência Mental/Intelectual	Analisar as principais permanências e modificações em orientações curriculares de âmbito nacional, direcionadas para o trabalho pedagógico com estudantes com deficiência mental/intelectual, no período de 1979 a 2013.
Karla Janaine de Moraes Borges	Dissertação	2019	Estudo Sobre Acesso e Permanência no Mercado de Trabalho de Pessoas com Deficiência Intelectual	Conhecer e analisar comportamentos e atitudes da pessoa com deficiência intelectual, do seu responsável legal, de líderes e de professores de cursos de qualificação para inserção e permanência no mercado de trabalho da pessoa com deficiência intelectual.

**Quadro 2 - Critérios Estratégicos de Seleção: Diretrizes para Inclusão e Exclusão na Escolha Definitiva de Trabalhos para o Estudo**

Critérios Estratégicos de Seleção: Diretrizes para Inclusão e Exclusão na Escolha Definitiva de Trabalhos para o Estudo	
Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
Dissertações ou teses sobre as práticas educativas planejadas e executadas pelos regentes de classe do Ensino Regular, direcionadas aos estudantes com DI no Ensino Médio; Dissertações ou teses que abrangem a inserção e permanência das pessoas com DI no mercado de trabalho; Dissertações ou teses das análises de produções acadêmicas da aprendizagem dos alunos com D.I.	Dissertações ou teses que direcionam o estudo das práticas educativas planejadas e executadas pelos especialistas do Atendimento Educacional Especializado (AEE); Dissertações ou teses em que propõem o estudo das práticas educativas voltadas aos estudantes com DI no Ensino Fundamental.

Fonte: dados da pesquisa.

Ao implementar meticulosamente os critérios estipulados, identificou-se que duas teses e seis dissertações não se alinhavam aos indicativos estabelecidos, ao passo que duas teses e três dissertações satisfaziam os fatores de inclusão. Nesse contexto, é possível inferir que este estudo selecionará cinco produções científicas que atendam aos critérios rigorosos estabelecidos, proporcionando uma base sólida e representativa para a análise aprofundada, que será conduzida.

### 3.1 Identificação das produções selecionadas

Contemplar os resultados provenientes da metódica seleção das produções científicas convida a uma reflexão sobre a importância intrínseca de cada passo realizado. Para além do comprometimento inabalável, revelou-se essencial a adoção de uma abordagem prudente em todas as fases desse intrincado processo.

Nesse contexto, cada decisão tomada ressoa como um elemento vital para a solidez metodológica deste estudo. Dessa forma, deliberadamente se escolheu condensar, no Quadro 3, informações que não apenas delineiam, mas enriquecem de maneira abrangente as teses e dissertações a serem minuciosamente exploradas, proporcionando uma base sólida para a análise detalhada que se seguirá.

Autor(a)	Tipo	Ano	Título	Objetivo
Artur Carmelo Neto	Tese	2019	O Olhar dos Professores sobre Adaptação Curricular para Alunos com Deficiência Intelectual: Uma Ação de Formação Continuada Na Escola	Versar sobre temas relacionados à Educação Especial, dentre os quais, a viabilidade ou não de elaboração e aplicação de atividades adaptadas para alunos com deficiência intelectual matriculados nas salas de aulas do ensino regular.
Beatriz Segantini França	Dissertação	2021	Prática Educativa de Docente de Ciências na Inclusão Escolar de Estudante com Deficiência Intelectual	Analisar a prática educativa docente na disciplina de Ciências frente à inclusão escolar de estudante com deficiência intelectual nos contextos de ensino presencial e de ensino remoto emergencial.

Fonte: dados da pesquisa.

### 3.2 O que remetem as teses e dissertações contemporâneas sobre as práticas educativas para as pessoas com DI na EPT?

Serão analisados os resultados das publicações em ordem cronológica. Desse modo, inicia-se com a dissertação “Avaliação da Aprendizagem da Pessoa com Deficiência Intelectual: Análise de Teses e Dissertações Brasileiras”, de Augusto Marques Alves, defendida em 2018. O principal objetivo desta pesquisa foi realizar um balanço e análise da produção acadêmica brasileira sobre a avaliação da aprendizagem escolar de alunos com DI, matriculados em sala de aula comum do Ensino Fundamental. Nesse contexto, é relevante ressaltar as diferenças entre o foco do autor e o nosso, uma vez que, enquanto esse autor se concentra na análise das produções acadêmicas sobre a avaliação da aprendizagem dos alunos com DI matriculados no Ensino Fundamental, esta pesquisa visa identificar publicações relacionadas às práticas educativas para estudantes com DI na EPT.

Alves (2018) empregou a metodologia de Revisão Sistemática, conduzida na base de dados eletrônica da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Ao utilizar os descritores “deficiência intelectual” e “avaliação”, obteve inicialmente o resultado de 235 produções científicas. Estas passaram por diversas etapas, incluindo a aplicação de critérios de inclusão e exclusão, culminando no quantitativo final de cinco dissertações e uma tese.

Alves (2018) salienta que mesmo não definindo um período de abrangência, os resultados compreenderam tão-somente os anos de 2011, 2014, 2016 e 2017. Além disso, pressupõe que o número pequeno de trabalhos relacionados à avaliação da aprendizagem escolar de aluno com DI, seja pelo fato da maioria das pesquisas estarem voltadas a estudos sobre o indivíduo ou para o processo de inclusão.

Para realização da análise e interpretação dos resultados, Alves (2018) ponderou para três categorias: a) Concepção dos professores do ensino regular sobre deficiência intelectual; b) Concepção dos professores do ensino regular sobre a avaliação da aprendizagem escolar de estudantes com deficiência intelectual; c) Instrumentos utilizados pelos professores do ensino regular na avaliação de estudantes com DI. Junto a isso, durante seus posicionamentos, dispôs das contribuições de outros estudiosos, sendo que alguns desses, inclusive, serão mencionados em determinadas indicações do autor.

Ao realizar a análise da primeira categoria: concepção dos

professores do ensino regular sobre deficiência intelectual, o autor destacou que apenas uma produção concebeu que a DI impacta nos procedimentos de avaliação da aprendizagem e que nesta mesma pesquisa, quatro dos seis professores entrevistados julgaram que a dificuldade ou incapacidade se localiza no sujeito apenas. Alves (2018, p.91) argumenta que isto,

[...] põe a condição do estudante com deficiência intelectual sob a ótica restrita do comprometimento cognitivo, resultante da concepção tradicional de deficiência que ainda transita na mentalidade e prática de nossa sociedade. Sob essa perspectiva desconsidera-se todo o meio e as relações sociais e culpabiliza somente o indivíduo por sua deficiência.

Nesta citação, o autor critica a perspectiva restrita e antiquada que, muitas vezes, permeia a abordagem da DI na sociedade. Ao focar exclusivamente no comprometimento cognitivo do estudante, essa visão desconsidera o impacto do ambiente e das relações sociais em sua experiência. A concepção tradicional de deficiência, ainda presente em práticas e mentalidade da sociedade, resulta em uma culpabilização injusta do indivíduo, ignorando fatores externos que também desempenham um papel significativo.

Alves destaca a necessidade de uma abordagem mais abrangente, que reconheça a importância do ambiente inclusivo e considere as interações sociais complexas para promover uma compreensão mais completa e justa das experiências desses estudantes.

Ainda, sobre essa mesma concepção e pesquisa, o autor registra que os outros dois professores responderam que a DI é concebida como decorrente, além do fator biológico, de fatores sociais, emocionais e educacionais, dos quais podem prejudicar/ocasionar dificuldades e/ou favorecer o indivíduo. Isto posto, Alves (2018, p.93) enfatiza que:

Considerar os aspectos sociais, emocionais e educacionais como fatores que podem influenciar positiva e/ou negativamente, na escolarização do estudante com deficiência intelectual significa, de fato, colocar a ideia de deficiência intelectual em outro contexto: o da cultura e da história. Em termos pedagógicos, é oportuno o professor promover o espaço em que ocorra a mediação entre o conhecimento e o estudante com deficiência intelectual (Alves, 2018, p.93).

O autor conclui essa primeira análise destacando a necessidade de mudanças na educação brasileira, especialmente na Educação Especial, em função da crença ainda existente na incapacidade das pessoas com DI. Sua abordagem enriquecedora considera os aspectos sociais, emocionais e

educacionais como elementos intrínsecos à escolarização desses estudantes, propondo uma redefinição do conceito de deficiência. Ao contextualizar essas necessidades, no cenário cultural e histórico, destaca a influência desses fatores na experiência educacional. Do ponto de vista pedagógico, ressalta a importância do papel do professor na criação de um ambiente educacional adaptado, promovendo práticas educativas que atendam às necessidades específicas desses estudantes. A ênfase na interação e mediação pedagógica emerge como um elemento vital para garantir a eficácia do processo educacional e contribuir para uma compreensão mais holística e inclusiva no contexto educacional.

Na segunda categoria: concepção dos professores do ensino regular sobre a avaliação da aprendizagem escolar de estudantes com DI, o autor relata que enquanto alguns dos participantes da pesquisa reconhecem sua concepção de avaliação da aprendizagem centrada no resultado, na medida e classificação, outros sinalizam para o processo de aprendizagem, na perspectiva da educação inclusiva. Sobre isso, Alves (2018, p.94) pondera que direcionar a avaliação apenas para conquista de resultados é o mesmo que “propagar a prática tradicional de ensinar e avaliar o aluno, na perspectiva da Educação que domestica o educando para o enquadramento no modelo que está posto”. Ademais, acrescenta que:

A avaliação que pretende valorar/medir apenas os aspectos quantitativos e classificatórios engendra, desde cedo, no aluno a ideia da distinção cristalizada na sociedade de mais capaz e menos capaz, como um aspecto de discriminação de ‘superioridade’ e ‘inferioridade’ entre os níveis de conhecimento, exatamente pelo seu processo de ranqueamento que perpassa por todas as etapas de educação de qualquer estudante (Alves, 2018, p. 95).

A reflexão proposta pelo autor ressalta a problemática da avaliação centrada exclusivamente em aspectos quantitativos e classificatórios, apontando para as consequências prejudiciais desse enfoque. Ao valorar e medir apenas esses elementos, o processo de avaliação contribui para a consolidação de distinções entre os alunos, fomentando a ideia de superioridade e inferioridade, que se reflete na sociedade.

A discriminação implícita nesse processo contribui para a construção de estereótipos e reforça a desigualdade. A compreensão crítica, proposta por ele, ressalta a necessidade de repensar os métodos avaliativos, buscando abordagens mais inclusivas e menos propensas a perpetuar visões dicotômicas e hierárquicas no ambiente educacional.

Nesse sentido, compreende-se que o autor supracitado, ao argumentar sobre as consequências desse tipo de processo avaliativo, exterioriza a resignação daqueles que sofrem por não condizerem com o bom desempenho escolar. Ainda, Alves (2018, p.96) destaca que a avaliação tem “caráter fundamental na escolarização de qualquer aluno, inclusive dos com deficiência intelectual”, mas “precisa ser de mediador para o desenvolvimento”, ou seja, compreendida com o dinamismo de verificação da aprendizagem de todos.

Desse modo, a avaliação, ao invés ser classificatória, passa a ser um meio de identificação daquilo que precisa ser feito para garantir a educação inclusiva. Essa mudança de perspectiva reforça a importância da avaliação como uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento, respeitando a diversidade de habilidades e promovendo a inclusão de todos os alunos no processo educacional.

Na terceira categoria, que aborda os instrumentos utilizados pelos professores na avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência intelectual, o autor fez questão de destacar dois instrumentos elencados pelos professores: a observação com registro e o portfólio. Segundo Alves (2018, p. 98):

A opção por esses dois instrumentos se deve ao fato desses professores os validarem como importantes, não só como um documento de avaliação, mas também por ser realizados de forma adequada, contribuir, de forma satisfatória na prática avaliativa, inclusive do professor, e no desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual (Alves, 2018, p.98).

De acordo com o autor, a escolha dos professores pelos instrumentos de observação com registro e pelo portfólio como métodos de avaliação é fundamentada na validação dessas ferramentas como elementos essenciais no contexto educacional. Esses profissionais consideram esses instrumentos não apenas como documentos de avaliação, mas também reconhecem sua contribuição satisfatória tanto para a prática avaliativa quanto para o desenvolvimento do aluno com DI, desde que sejam aplicados de maneira adequada. Essa preferência demonstra uma compreensão da necessidade de abordagens avaliativas mais abertas e inclusivas, alinhadas a uma perspectiva pedagógica que promove o progresso integral desses alunos.

Apesar de manifestar satisfação com os resultados da terceira categoria, o autor, em suas considerações finais, expressa frustração diante do número reduzido de pesquisas acadêmicas sobre a avaliação da aprendizagem de alunos com DI. Além disso, destaca que, de modo geral, os elementos identificados nas Teses e Dissertações apontam para concepções reducionistas, uma vez que a maioria dos docentes participantes da pesquisa adota metodologias rígidas, com instrumentos avaliativos estanques. Essas práticas pedagógicas, segundo ele, ficam aquém de uma proposta alinhada aos princípios da educação inclusiva.

Na continuidade das análises dessa revisão literária, apresenta-se a tese realizada no ano de 2019, sob o título “As Orientações Curriculares para o Trabalho Pedagógico com Estudantes com Deficiência Mental/Intelectual” com autoria de Dayana Valeria Folster Antonio Schreiber. O objetivo central da pesquisa conduzida pela autora foi analisar as principais permanências e modificações nas orientações curriculares de âmbito nacional, voltadas para o trabalho pedagógico com estudantes que apresentam deficiência mental/intelectual, abrangendo o período de 1979 a 2013.

A autora utilizou como metodologia a realização de análise

documental em fontes publicadas pelos órgãos responsáveis pelas políticas da educação especial do Governo Federal. Dispôs em três fases distintas para realização das análises, sendo o primeiro período entre os anos de 1960 a 1970, o segundo entre 1980 a 1990, enquanto o terceiro período contou os anos de 2000.

Schreiber (2019, p.187) interpreta os documentos normativos para estruturação do currículo pedagógico direcionados aos estudantes com DI como uma “proposta de formação humana alienada, cujos comportamentos, habilidades e competências desenvolvidas visam preparação para o trabalho simples”. Inclusive, comenta que a proposta de ensino da década de 1970 utilizava a ciência como justificativa para o rebaixamento das expectativas de aprendizagem, enquanto na década de 1990 o argumento para isso se fundamentava em diferenças individuais, ao passo que nos anos de 2000 as alegações em respeitar as diferenças transferiram a responsabilidade do “sucesso ou fracasso escolar” ao próprio sujeito.

Essa análise destaca como as mudanças nas justificativas para o rebaixamento das expectativas de aprendizagem, ao longo das décadas, revelam uma evolução nas perspectivas sobre a educação de estudantes com DI. Ao considerar a ciência, diferenças individuais e a responsabilidade do próprio sujeito, percebe-se um reflexo das transformações nas concepções sociais e pedagógicas. Essa reflexão enfatiza a importância de questionar e superar visões limitadas, buscando abordagens mais inclusivas e humanizadas no contexto educacional.

Na continuidade da análise da autora sobre as orientações curriculares, Schreiber (2019) compreende que a “definição de deficiência mental nos PCNs-AC (Brasil, 1998) apresentava ao docente informações daquilo que falta no estudante com esse diagnóstico”. Segundo ela, isso não contribuía para o trabalho pedagógico, pois destacava a condição da deficiência como um “defeito”, ao invés de conceder referências para a compreensão das necessidades especiais que esses alunos apresentam, entendimento este fundamental para o direcionamento das práticas educativas.

Averiguando o posicionamento da autora no que diz respeito às orientações curriculares, percebe-se que sua perspectiva oferece uma visão reflexiva e questionadora sobre a abordagem adotada em relação aos estudantes com DI. Sua interpretação aponta para uma consideração fundamental: a representação desses alunos nas diretrizes curriculares que, ao invés de promover uma compreensão das necessidades específicas, pode reforçar estigmas e visões deficitárias. Essa análise reforça a importância de repensar não apenas as práticas pedagógicas, mas também as bases normativas que orientam a educação inclusiva.

Ainda, a autora destaca que os documentos com informações sobre os estudantes com DI orientavam os professores para a realização de um planejamento fundamentado nas concepções patológicas, ou seja, favoreciam os aspectos clínicos e psicológicos em detrimento da avaliação pedagógica. Nesse

contexto, Schreiber (2019, p.187) enfatiza que essa abordagem envolve uma:

centração no desenvolvimento biológico, evidenciando suas limitações, uma vez que, na definição do sujeito, são desconsiderados elementos do contexto social, incluindo a análise do que é oportunizado como ensino, o qual interfere diretamente no desenvolvimento.

A observação analítica da autora ressalta a importância de repensar as abordagens pedagógicas para os estudantes com DI, destacando as limitações de uma perspectiva centrada apenas no desenvolvimento biológico. Isso evidencia a necessidade de considerar o contexto social e as oportunidades de ensino oferecidas, reconhecendo a influência direta desses fatores no desenvolvimento dos alunos. Assim, essa reflexão contribui para a busca de práticas educativas mais inclusivas e alinhadas com uma compreensão holística das necessidades desses estudantes.

Enfim, Schreiber (2019) reconhece que as propostas de melhorias curriculares para o processo de aprendizagem dos estudantes com DI, identificadas nas documentações analisadas, significaram avanços na história da educação inclusiva, mas a falta das definições explícitas quanto aos objetivos, práticas pedagógicas e avaliações, inviabilizaram a reflexão para esse processo. Sendo assim, infere em suas considerações finais sobre a necessidade de:

[ ] um projeto de formação contra qualquer tipo de alienação, na qual todos os indivíduos, sem exceção, tenham efetiva oportunidade de se apropriar do saber científico, da cultura e da arte, para que compreendam a realidade social da qual fazem parte e para que possam participar de forma consciente e crítica na busca de sua transformação (Schreiber, 2019, p.195).

Diante das considerações finais da autora, ressalta-se a urgência de um projeto de formação que combata a alienação, proporcionando a todos, indiscriminadamente, a oportunidade efetiva de adquirir conhecimento científico, cultural e artístico. A interpretação reforça que essa orientação enfatiza não apenas o reconhecimento, mas a promoção ativa da participação plena de todos os estudantes, independentemente de suas condições, visto que a compreensão consciente e crítica da realidade social emergem como uma ferramenta poderosa para a transformação, alinhando-se integralmente com os princípios fundamentais da igualdade e inclusão na educação.

De imediato, apresenta-se a dissertação também realizada no ano de 2019, de autoria de Karla Janaine de Moraes Borges, intitulada “Estudo Sobre Acesso e Permanência no Mercado de Trabalho de Pessoas com Deficiência Intelectual”. O propósito central desta pesquisa foi explorar e examinar os comportamentos e atitudes manifestados pela pessoa com DI, por seu responsável legal, por líderes e por professores de cursos de qualificação, no contexto da inserção e permanência no mercado de trabalho destinado a essas pessoas.

A pesquisadora utilizou quatro roteiros de entrevistas semiestruturadas, as quais foram propostas para dezesseis

trabalhadores com DI e seus responsáveis legais, oito líderes que apresentavam contato direto com eles e duas docentes dos cursos de qualificação para inserção dessas pessoas no mercado de trabalho. O método de análise dos dados das entrevistas foi qualitativo e quantitativo, tanto em relação às entrevistas semiestruturadas, em que contou com o uso software ATLAS.ti, quanto da Escala de Apoios SIS.

Borges (2019, p.37) justifica que a escolha do software ATLAS.ti se deve “ao fato de ter sido utilizado em pesquisas com expressivas quantidades de dados, e facilitar o manuseio e análise dos mesmos, por meio de suas ferramentas”, e quanto a opção pela Escala de Apoio SIS, relaciona-se pela intenção de “aferir a intensidade de apoio em relação aos itens: a) vida doméstica, b) vida comunitária, c) aprendizagem ao longo da vida, d) emprego, e) saúde e segurança e f) social”.

A pesquisa tem como público-alvo trabalhadores com DI, sendo três do sexo feminino e treze do sexo masculino. Em relação à escolaridade das mulheres, que possuíam idade média de 29 anos, duas tinham o Ensino Médio completo, enquanto apenas uma possuía o Ensino Fundamental. No que diz respeito ao tempo de trabalho, elas apresentavam uma média de três anos e dois meses, desempenhando atividades em setores administrativos, produção de calçados e serviços gerais. Já os homens, com idade média de 30 anos, têm informações sobre a escolaridade apenas indicando se frequentaram escola especializada, comum ou ensino de jovens e adultos. Em relação ao trabalho, eles apresentam uma média de cinco anos e oito meses de tempo de serviço, realizando atividades nos setores administrativos, comercial, prestação de serviços em escolas e produção industrial.

Para facilitar a compreensão dos resultados e análises dos dados, Borges (2019, p. 39) utilizou códigos para as seguintes nomeações:

Responsáveis (para designar os Responsáveis Legais), PcDI (para os trabalhadores com deficiência intelectual), Líderes (para líderes ou gestores) e Qualificadores (para as docentes das instituições que ministram curso de preparação para a inserção no mercado de trabalho).

Em suas considerações, a autora supracitada, através da apuração dos dados obtidos com a pesquisa, constatou que a inserção e permanência das PcDI no mercado de trabalho permite a eles a conquista e autonomia. Acrescenta, também, que isso tange o apoio dos Responsáveis Legais, dos Líderes e Qualificadoras ao promoverem condições para o desenvolvimento comportamental e de atitudes, as quais lhes condicionam para o enfrentamento das situações cotidianas.

Para mais, Borges (2019, p.92) complementa que a pretendida autonomia depende que a PcDI receba, ao longo dos anos, “apoios/suportes” tanto da família, ao incentivar para realização das atividades diárias, quanto das Qualificadoras, ao adequar os programas de aprendizagem, com a perspectiva de visar “as várias etapas da escolarização, a transição para a vida adulta e para o mundo do trabalho”.

Observa-se que a autora atribui grande importância

à colaboração entre família e instituições para promover a autonomia das pessoas com DI. Ainda, destaca que a pretendida autonomia desses indivíduos, ao longo dos anos, depende significativamente dos apoios e suportes oferecidos, tanto pela família quanto pelas instituições. A perspectiva visada abrange diversas etapas da vida, incluindo a transição para a vida adulta e o ingresso no mundo do trabalho. Em consonância com essa abordagem, entende-se que a integração efetiva desses suportes contribui para criar um ambiente mais inclusivo e propício ao desenvolvimento pleno e à participação ativa das pessoas com DI na sociedade.

Ainda sobre essa autora, ao expressar que a Lei de Cotas é punitiva, argumenta que:

Ela foi importante para que houvesse a contratação da maioria dos participantes desta pesquisa, porém não foi a única via para a inserção e permanência das PcDI pesquisadas, e isto demonstra que é imperioso mudar a concepção sobre o potencial das pessoas com deficiência. É fundamental que se altere a visão assistencialista, para os quais a sociedade deve fazer a caridade, para a de sujeitos que possuem potenciais e que se tiverem a oportunidade de desenvolvê-los, poderão usufruir de sua condição de cidadãos, com seus direitos e deveres. É fundamental ter pessoas que acreditem que as PcDI possam ser autônomas e independentes financeiramente (Borges, 2019, p. 92).

Diante dessa perspectiva da autora, é notável a ênfase na importância de ir além da Lei de Cotas e proporcionar oportunidades amplas para a inclusão e permanência das PcDI no mercado de trabalho. A visão que a autora compartilha destaca a necessidade de transformação não apenas nas políticas públicas, mas também nas concepções sociais sobre as capacidades e potenciais das pessoas com DI. Essa abordagem reforça a ideia de que a verdadeira inclusão vai além das cotas, demandando uma mudança profunda nas atitudes e no reconhecimento do valor e da autonomia dessas pessoas.

Nessa linha de raciocínio, a autora conclui que os resultados da pesquisa oferecem informações valiosas para os Responsáveis Legais, Líderes e Qualificadoras. Essas informações podem ser ponderadas para a elaboração de estratégias que vão além da preparação da PcDI exclusivamente para a inserção no mercado de trabalho. O enfoque é direcionado à conquista de uma vida independente e autônoma.

Essa conclusão reforça a importância de uma abordagem holística e abrangente, que considere não apenas a dimensão profissional, mas também a autonomia e a independência como elementos fundamentais no desenvolvimento pleno das pessoas com DI. Acredita-se que, ao promover uma visão mais ampla e igualitária, é possível construir um ambiente mais favorável ao desenvolvimento pleno das PcDI e para sua participação ativa na sociedade.

A quarta análise deste estudo se refere à tese intitulada “O Olhar dos Professores sobre Adaptação Curricular para Alunos com Deficiência Intelectual: Uma Ação de Formação Continuada na Escola”, realizada por Artur Carmelo Neto, em

2019. Este pesquisador estabeleceu como objetivo analisar, na perspectiva dos professores do Ensino Fundamental II e Médio, a presença ou ausência de adaptações curriculares para alunos com DI nas salas de aula do ensino regular.

Carmelo Neto (2019, p.71) optou pela abordagem qualitativa, que:

envolveu um estudo bibliográfico e documental, formulação e aplicação de questionário e ações de formação continuada em 72 adaptações curriculares para professores do ensino médio e fundamental em uma escola pública do interior de São Paulo.

O autor destaca que, embora o propósito da pesquisa fosse analisar os resultados obtidos da formação continuada para professores, com foco na adaptação curricular para alunos com DI, não se restringiu exclusivamente a esse aspecto. Visto que, ao longo do tempo, outros temas emergiram, incluindo legislações, o projeto político pedagógico (PPP) da escola, e desafios relacionados à falta de alinhamento de informações sobre esses alunos entre as secretarias municipais e estaduais.

Quanto à legislação, Carmelo Neto (2019, p.145) considerou “um retrocesso em relação à Resolução SE nº 68/2017 ao sobrecarregar o trabalho do professor especializado com aumento do número de alunos por sala de recursos e obrigá-lo a acompanhá-los nas salas do ensino regular”. Em contrapartida, compreendeu como progresso a “Lei Estadual nº 15.830/2015, que permitiu a contratação do Professor Auxiliar e a redução de alunos por sala de aula regular quando estiver matriculado o aluno da Educação Especial”.

Essa análise destaca a sensibilidade do autor para as nuances da legislação, revelando a importância de se avaliar detalhadamente os impactos normativos na prática inclusiva. Observar atentamente essas mudanças legais é essencial para entender como as políticas educacionais influenciam diretamente a dinâmica escolar, refletindo na qualidade da inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Diante da análise do PPP, o autor pondera que este documento precisa contemplar as demandas da Educação Especial, pois essa falta descontextualiza o processo pedagógico inclusivo. Além disso, ao considerar a comunicação precária entre as secretarias, ele destaca que a falta de informação quanto à identificação da DI certamente prejudica os alunos matriculados no ensino regular das escolas de sua competência. Essa conjunção de fatores ressalta a importância de uma abordagem sistêmica e integrada nas políticas educacionais, para proporcionar um ambiente inclusivo efetivo e coeso.

De imediato, apresenta-se a última produção analisada neste estudo, trata-se da dissertação intitulada “Prática Educativa de Docente de Ciências na Inclusão Escolar de Estudante com Deficiência Intelectual”, com autoria de Beatriz Segantini França. A pesquisa realizada no ano de 2021 teve como objetivo geral analisar a prática educativa docente na disciplina de Ciências frente à inclusão escolar de estudante com deficiência intelectual, nos contextos de ensino

presencial e de ensino remoto emergencial.

A autora utilizou a análise textual discursiva para realização da técnica de estudo de caso qualitativo, dispondo como recursos três fontes de dados: análise em documentos escritos e audiovisuais, observação não participante com registro em diário de campo e aplicação de questionários com questões abertas e fechadas. Teve como participante uma docente da disciplina de Ciências de uma escola privada e uma turma do 7º ano do Ensino Fundamental, na qual consta matriculada uma estudante com DI.

França (2021, p.185) faz questão de esclarecer que os “resultados foram apresentados a partir da análise de três sequências didáticas desenvolvidas pela docente participante, sendo a primeira realizada exclusivamente no ensino presencial, a segunda na transição entre os ensinos e a terceira exclusivamente no ensino remoto emergencial”.

Para mais, informa que a escola na qual a pesquisa foi desenvolvida adota o uso de apostila, com o objetivo de padronizar o ensino, por se tratar de uma franquia da rede privada. Em função disso, resta aos docentes apenas a reprodução, ou seja, incorporar em “suas práticas educativas os objetivos educacionais, conteúdos de ensino, recursos didáticos, tipo e ordenação das atividades de ensino e avaliação” (França, 2021, p.185).

A autora supracitada argumenta que a legislação brasileira busca garantir o direito de acesso e permanência de estudantes com necessidades especiais nas escolas regulares, o que provoca modificações na padronização do ensino. Frente a isso, identificou diferenciação quanto aos níveis de conceituação dos conteúdos, das atividades e avaliações, planejadas e propostas para a estudante com DI. Nesse sentido, França (2021, p.185) pondera que:

A prática educativa docente é modificada para que estudante com deficiência intelectual consiga acessar os mesmos conteúdos programáticos que seus pares. Questiona-se se o objetivo da inclusão escolar é adequar estudantes ao ensino tradicional ou se, pelo contrário, é ofertar um ensino flexível que atenda toda a diversidade de estudantes, inclusive com deficiência. Essa reflexão é essencial se o objetivo da educação escolar é o pleno desenvolvimento de seus estudantes sem exceções. Dessa forma, é necessário que novos conhecimentos sejam produzidos para entender se a acessibilidade curricular, por exemplo, que é uma garantia legal aos estudantes com deficiência, estão sendo adotadas como uma forma de adequá-los ao ensino massificador que historicamente a escola apresenta.

A autora provoca uma reflexão sobre a natureza da inclusão escolar e a prática educativa docente. Ao questionar se o propósito da inclusão é simplesmente adaptar os estudantes ao ensino tradicional ou se deveria envolver a oferta de um ensino flexível que atenda à diversidade, incluindo os alunos com DI, ela destaca a necessidade de repensar a abordagem curricular. Essas ponderações enfatizam a importância de produzir novos conhecimentos para garantir que a inclusão seja genuína, visando o pleno desenvolvimento de todos os estudantes, sem exceções.



Nesse contexto, ressalta a urgência de reavaliar e reformular as práticas educativas para assegurar uma verdadeira inclusão e acessibilidade curricular.

Sucintamente, a autora complementa que a prática educativa docente foi desenvolvida quase que de maneira igual tanto na forma do ensino remoto quanto no presencial e, por se tratar de um sistema padronizado com o uso de apostilas, posiciona as práticas educativas ao nível de um currículo fechado. Isso significa que, em vez de promover a flexibilidade e a adaptação necessárias para atender à diversidade dos alunos, o sistema educacional acaba ferindo a garantia legal de acessibilidade curricular. Dessa forma, a pesquisa destaca não apenas a necessidade de reflexão, mas também de transformações práticas no cenário educacional.

Enfim, a busca pela garantia do direito à educação inclusiva para os estudantes com DI se tornou evidente ao longo das análises deste estudo. Destaca-se, como exemplo, a discussão sobre a relevância do Projeto Político Pedagógico da escola na consideração das demandas da educação especial, conforme abordado em uma das pesquisas. Nesse contexto, ressalta-se a importância desse documento como um guia que preconiza práticas educativas inclusivas, refletindo o comprometimento com a igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

Adicionalmente, as pesquisas de diferentes autores se dirigem à intenção de promover a inclusão e igualdade de oportunidades para os alunos com DI. Ao enfatizar a visibilidade do professor que atua na perspectiva inclusiva e buscar a qualificação das práticas educativas desses alunos, os autores compartilham semelhanças em suas intenções, reforçando o reconhecimento dessas práticas como fundamentais para assegurar a igualdade de oportunidades.

Apesar de outras produções não terem abordado diretamente as práticas educativas, como o estudo sobre acesso e permanência no mercado de trabalho de pessoas com DI, essa compartilham uma visão semelhante, destacando que criar alternativas para superação dos obstáculos constitui o paradigma de uma proposta educativa inclusiva.

De maneira abrangente, observa-se que, mesmo que os autores busquem diferentes objetivos em suas pesquisas, todos convergem para um propósito comum: assegurar a inclusão das pessoas com DI. Mesmo que este estudo não tenha se concentrado especificamente na revisão literária de produções científicas sobre práticas educativas para estudantes com DI na EPT, em função da ausência de publicações específicas nas plataformas ou bases de dados acadêmicos, os resultados encontrados nas obras analisadas foram satisfatórios, evidenciando a importância das pesquisas científicas nesse âmbito. Essa constatação reforça a necessidade contínua de investigações sobre esta temática.

#### 4 Conclusão

Ao conduzir esta revisão literária, com o objetivo de identificar as produções científicas nas bibliotecas virtuais acerca das práticas educativas na EPT voltadas aos estudantes

com DI, publicadas entre 2018 e 2022, verifica-se uma notável escassez de resultados. Diante dessas limitações, deliberou-se adotar descritores menos convencionais, buscando assim ampliar o escopo da pesquisa, incluindo trabalhos que explorassem o processo de aprendizagem desses estudantes, mesmo que não diretamente vinculados à EPT. Este desafio evidencia a importância de futuras pesquisas para preencher essa lacuna e promover avanços no entendimento desse domínio.

Ao ampliar a busca, observou-se que, apesar de as abordagens não estarem diretamente voltadas para a EPT, proporcionaram entendimentos valiosos. Tais abordagens destacaram a importância de garantir o acesso nas instituições e estabelecer orientações curriculares abrangentes para os estudantes com DI. A ressonância com a compreensão do papel dos educadores, na construção de ambientes inclusivos, fortalece a visão de que a autonomia social dos estudantes com DI está intrinsecamente ligada à qualidade da educação inclusiva, adaptada às suas necessidades individuais.

Quanto à abordagem referente ao acesso e permanência no mercado de trabalho de pessoas com DI, mesmo não sendo o foco específico sobre as práticas educativas na EPT, destacou-se a relevância da qualificação profissional para uma participação plena. Nesse sentido, ao se fortalecer a necessidade de ampliar os estudos nesse âmbito, considerando a EPT como um espaço intrinsecamente inclusivo, sublinha-se a importância da qualificação profissional para a participação plena desses indivíduos no cenário profissional.

Ademais, compreende-se que o compromisso com a expansão do conhecimento nessa área não apenas fortalece a visão de uma educação verdadeiramente inclusiva, mas também lança as bases sólidas para a construção de ambientes educacionais mais justos e igualitários. Essa postura inequívoca destaca a importância vital de intensificar os estudos, promovendo práticas educativas inclusivas na EPT direcionadas aos estudantes com DI. Em síntese, a presente revisão literária não só evidencia as lacunas existentes, mas também reforça a determinação em contribuir para o avanço dessas práticas por meio de investigações futuras e do engajamento ativo na promoção de ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos.

#### Referências

- ALVES, A.M. Avaliação da aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual: análise de teses e dissertações brasileiras. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, 2018.
- BORGES, K.J.M. Estudo sobre acesso e permanência no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual. 2019. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.
- CARMELO NETO, A. O olhar dos professores sobre adaptação curricular para alunos com deficiência intelectual: uma ação de formação continuada na escola. 2019. 167 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista. Araraquara,

2019.

CARVALHO, L.O.R. et al. Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância. Petrolina: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2019.

FRANCA, B.S. Prática educativa de docente de ciências na inclusão escolar de estudante com deficiência intelectual.

2021. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

SCHREIBER, D.V.F.A. As orientações curriculares para o trabalho pedagógico com estudantes com deficiência mental/intelectual (1979/2013). 2019. 222 f. Tese (Doutorado em Educação e Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.